

Estrangeiros, Vinhos de Viana e Vinhos do Porto (séculos XVII-XVIII)*

Foreigners, Wines of Viana and Port Wines (XVIIth-XVIIIth c.)

António Barros Cardoso **

Resumo

Viana do Castelo e o Porto foram centros de exportação dos vinhos produzidos nos respetivos espaços de influência. Estas cidades tinham a ligá-las aos respetivos *hinterlands*, as vias de comunicação, os rios Lima e Douro, que facilitaram a chegada de tais vinhos aos cais ribeirinhos das respetivas barras. Por isso, os estrangeiros, com destaque para os ingleses, tiveram na estruturação da agroindústria de tais vinhos um papel destacado. Muitos repartiram a sua atividade comercial pelas duas cidades e deram nome a grandes marcas e empresas que, embora com sede na praça do Porto, não deixaram nunca de comercializar os “Vinhos Verdes” que começaram a se chamar “Vinhos de Viana”, por saírem pelo porto da cidade minhota.

Palavras-chave: Viana do Castelo, Porto, Vinho Verde, Vinho do Porto, comercio.

Abstract

Viana do Castelo and Oporto were export centers for wines produced in their respective areas of influence. These cities had the links connecting them with the rivers Lima and Douro that facilitated the arrival of such wines to the riverside piers of the respective bars. Therefore, the foreigners, especially the English, had in the structuring of the agro-industry of such wines a prominent role. Many distributed their commercial activity by the two cities and gave name to great brands and companies that, although based in the square of Porto, never stopped to commercialize the “Green Wines” that began by being called “Wines of Viana” for exiting by the port of the city capital of Minho.

Keywords: Viana do Castelo, Porto, Vinho Verde, Port Wine, trade.

* Projecto “Os estrangeiros no Porto do Vinho”. APHVIN, Porto, Portugal.

** Universidade do Porto, Porto, Portugal, aphvin@gmail.com

Introdução e métodos

No decurso da primeira metade do século XVII alguns estrangeiros que, tradicionalmente, mantinham negócios com Portugal, afastaram-se dos nossos mercados. A perda da independência nacional em 1580 acabaria mesmo por acelerar a degradação imperial e a que fossem declaradas hostilidades com os nossos aliados, que passaram a ver Portugal como mera província da Espanha. Os espaços ultramarinos sob tutela portuguesa foram atacados por ingleses e holandeses e tornou-se frequente a prática do seu corso sobre os nossos barcos. Ao mesmo tempo, a presença política portuguesa no plano internacional foi diminuída e, quando em 1640 conseguiu afastar-se do domínio espanhol e recuperar a independência, um dos primeiros passos que Portugal deu foi no sentido de voltar a requisitar o apoio do seu mais importante aliado, a Inglaterra. Nessa altura Londres posicionava-se ao lado da Casa de Áustria, reinante na Alemanha e na Espanha, com a finalidade de impedir que a França de Richelieu alargasse as suas fronteiras aos limites da antiga Gália (Dória, s.d: 322). Porém, isso não impediu D. João IV, monarca restaurador, de lograr o reatamento da “velha aliança” com os britânicos, apesar dos entraves colocados a esse propósito pela diplomacia espanhola e das dificuldades que Carlos I de Inglaterra também enfrentava no plano interno. Apesar disso, foi conseguido um tratado com Inglaterra que consignava todas as regalias e isenções a favor dos ingleses residentes em Portugal (Santarém, Tomo III). Este acordo foi mais tarde suspenso com a ascensão de Cromwell, sequente à guerra civil que assolou a Inglaterra e conduziu à decapitação do rei Carlos I. A proteção concedida por D. João IV aos partidários da monarquia inglesa³ colocou em risco novamente as relações entre Portugal e o Parlamento britânico, que, através do Acto de Navegação (1651) ia construindo uma posição hegemónica sobre os mares. Foi neste quadro que Portugal assinou um novo acordo, rubricado em 10 de Junho de 1654, que encerra um tratado de paz e aliança com a então república inglesa.

Embora alvo da atenção crítica da historiografia, que por vezes o classifica como de *sujeição* de Portugal às imposições inglesas, iniciadas desde 1642 com a abertura dos portos das nossas colónias de África e do Oriente aos interesses comerciais dos britânicos (Sideri, 1970: 39) e por agora se lhes juntar a franquia dos portos do Brasil; a verdade é que este foi também motivo para o regresso dos britânicos às cidades de Viana da foz do Lima e do Porto da foz do Douro, verdadeiras portas abertas de Portugal ao mundo.

Na presente abordagem e sob o ponto de vista metodológico importa referir que cruzamos informação proveniente de várias fontes documentais, sobretudo dos livros de registo de entrada de vinhos na cidade do Porto –*Imposição do Vinho* e *Livros de Visitas de Saúde*– às embarcações entradas no Porto do Porto com mercadorias consignadas a negociantes estrangeiros.

Dos vinhos tintos do norte de Portugal aos “Vinhos Verdes”

O vinho que se produzia sobretudo na parte mais a norte da atual Região dos Vinhos Verdes era exportado para a Europa do norte, desde tempos medievais. Medir a intensidade dessas exportações e chegar à sua quantificação são tarefas impossíveis de realizar com sucesso. Faltam os documentos, ficamos apenas perante notícias esparsas mais fruto de exercícios mais ou menos verosimilhantes relativos à realidade, do que assentes em sólidos informes. Contudo, à medida que se fixam nas principais cidades nortenhas comunidades de estrangeiros, vai-se percebendo melhor a importância económica dos vinhos que se produziam nessas terras.

Certo é que, anteriormente a 1678, uma parte dos vinhos de qualidade que se produziam nas terras do norte de Portugal deixavam o país pelo porto de Viana do Castelo que, pelo menos até 1730, teve a sua barra desimpedida, funcionando assim como porta de saída dos Vinhos Verdes para os mercados da Europa do norte, tocados por mercadores ingleses que se fixaram na cidade da foz do Rio Lima (Sellers, 1899: 19). Só vencida a década de vinte do século XVIII, os vinhos do Douro ganharam claramente a dianteira das exportações portuguesas de vinhos (Cardoso, 2003: 281).

Assim os primeiros *shipmens* do vinho tinto português começaram por se estabelecer em vilas mais a norte do Porto, como a vila de Monção, onde existia uma companhia reguladora das exportações. Nessa altura, os vinhos daquelas terras passaram a ser conhecidos por “Vinhos de Viana” por serem exportados através da Alfândega da cidade da Foz do Lima, hoje Viana do Castelo. São vinhos descritos como muito similares aos franceses Burgundy, da região da Borgonha, conhecidos e apreciados havia muito tempo pelos britânicos (Sellers, 1899: 19). Eram assim vinhos verdes tintos que no século XVII saíam a barra de Viana, com destino à beberagem dos marinheiros da Royal Navy, como se depreende de uma carta datada de 1662 escrita por Walter Maynard, Vice-cônsul inglês na cidade do Porto e exportador de vinhos em Viana do Lima (Sellers, 1899: 19).

O primeiro mercador de que há notícia nominal em atividade na cidade de Viana é Job Bearsley, um dos fundadores da Casa Taylor's, conhecida firma de vinhos do Porto, cujos fundadores se fixaram precisamente nas terras mais a norte da atual Região Demarcada dos Vinhos Verdes. De facto, os interesses comerciais dos primeiros Bearsley passaram pela cidade da foz do Lima, por Monção e naturalmente pelos “Vinhos de Viana”, denominação que abrangia as produções vinícolas de Monção, Melgaço e de todo o Vale do Lima. De resto, o primeiro livro de Visitas de Saúde às embarcações que entraram a barra de Viana do Castelo, datado de 1708, apesar de muito incompleto, contém um registo, de 27 de outubro desse ano, que dá nota de que, consignado a Pedro Bearsley, foi vistoriado o navio *Blastont*, proveniente de Plymouth, em lastro, com 8 tripulantes a bordo, a indicar que, muito provavelmente, os vinhos desta região seriam a carga de retorno (AMVC, L. 934, fls. 26v).

A entrada dos Bearsley no negócio dos vinhos do Porto, sob a firma Peter Bearsley & C.^a, só parece concretizar-se, porém, a partir de 1720, ano em que a companhia é referida nos registos da Imposição do Vinho (AHMP, L. 1335, *Imposição do Vinho*, fls. 104-106v.) e nos livros de Visitas de Saúde às embarcações que entravam a barra do Douro (AHMP, L. 445, *Visitas de Saúde*, fls. 366v). Ficou registo histórico na Feitoria Inglesa do Porto de que foi este Peter Bearsley o primeiro inglês a visitar o Alto Douro, com o propósito de comprar vinhos. Era então o já referido Walter Maynard, Vice-Cônsul inglês na cidade do Porto (Sellers, 1899: 127). A designação social da firma fundada por Peter Bearsley manteve-se sem alteração na praça portuense até 1748. O arranque dos negócios de Peter Bearsley em torno dos Vinhos no Porto começa com 832 pipas de vinho, a demonstrar tratar-se já de casa bem fundada sob o ponto de vista financeiro e bem implantada nas praças do norte de Portugal. De notar igualmente que aquele número comporta Vinhos do Douro mas também “Vinhos de Viana”, já que, entre 1700 e 1756, os fundadores da Taylor’s fizeram entrar na cidade do Porto, em média anual, 48 pipas destes vinhos (Cardoso, 2003: 339) sinal de que, apesar de mais afastados de Viana do Minho, não se desinteressaram totalmente dos Vinhos Verdes.

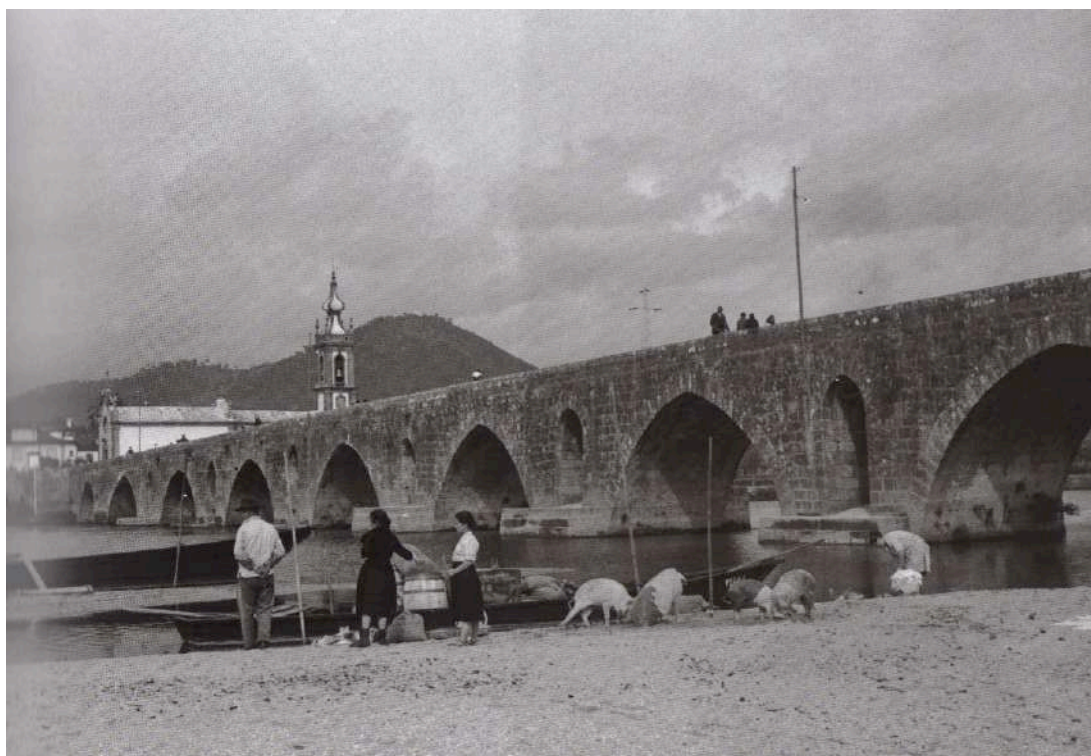
Os seus interesses comerciais na cidade do Porto passaram, entre outros, pela importação de cereais, seguidos em ordem de grandeza pelas aduelas para a arte de tanoaria, bacalhau, carvão, ferro, queijos e sardinha, produtos de que o norte de Portugal comprava em troca com os vinhos e com outros produtos da terra (Cardoso, 2003: 339). Percebemos igualmente uma “galáxia” comercial que fez com que os navios fretados pelos Bearsley tocassem os portos do sul de Inglaterra e das colónias inglesas da América do Norte, passando pelos Açores, e até pelos principais portos do sul de Espanha, de Portugal, da Galiza e da Biscaia (Cardoso, 2003: 341). Foram estes Bearsley de Viana os fundadores da casa exportadora que esteve na origem da Taylor, Fladgate & Yetman, que passou a usar esta firma somente em 1844 (Cardoso, 2003: 125). Os Bearsley foram também dos primeiros britânicos a fixarem-se em terras de Viana do Lima para o trato dos vinhos verdes.

Estrangeiros nos “Portos do Vinho”

No século XVII e no que à exportação vinícola diz respeito, Viana teve uma missão idêntica nos propósitos à que foi assumida pela cidade do Porto no século XVIII, ressalvadas as diferenças em volume de navios e mercadorias movimentadas nos dois portos. Ainda assim, a então Vila de Monção tinha nessa altura um papel semelhante ao que, na região do Douro, veio a assumir a Vila da Régua no decurso da centúria de setecentos. Ambas as terras, embora em épocas distintas, funcionaram como importantes entrepostos das cidades costeiras, às quais sempre se ligaram Viana e Porto. Os Vinhos Verdes preferidos pelos ingleses no século XVII foram os produzidos nas terras entre Arcos de Valdevez e Monção (Sellers, 1899: 125). Job Bearsley deslocava-se nos “água-arriba”, embarcações de fundo chato, até à Vila de Ponte de Lima (Sellers, 1899: 126). Aí deixava o barco e iniciava a viagem a cavalo que o conduzia até Arcos de Valdevez e Monção

(Sellers, 1899: 126). O seu objetivo era o de muitos outros estrangeiros fixados em Viana do Lima por essa época, ou seja o de apreciar e comprar os vinhos daquelas terras que, saindo pelo porto de Viana iam cativando o apurado gosto para vinhos de alguns consumidores ingleses (Cardoso, 2003: 237-243).¹

Figura 1. Barcos água arriba junto a Ponte de Lima (município de Ponte de Lima)



Fonte: Arquivo fotográfico do Município de Ponte de Lima

Os negócios entre o porto de Viana, na foz do Lima, e a Inglaterra, eram consideráveis no século XVII, ao ponto de aí se ter fixado o primeiro cônsul inglês, Anthony Ritte, em 1695, logo seguido de Christopher Bettersby e de muitos outros com a responsabilidade de zelar pela comunidade britânica aí residente (Amorim e Trilho, 2016: 89) pelo menos desde 1659. De resto, estamos convictos de que as mercadorias mais transacionadas em Viana pelos ingleses eram, por essa altura, os cereais, o ferro e têxteis em algodão (Sellers, 1899: 127). Por volta de 1705 já era manifesto o interesse dos estrangeiros pelo comércio em Viana. Nesse ano comparecem na Câmara em grande número ingleses e holandeses a subscrever um acordo de colaboração monetária para as obras de restauro do cais e desassoreamento da barra da Foz do Lima. E o vinho assume-se como fonte de receita fiscal importante: “Joam Pacher (cônsul), Jorge Barmburgo, Joam Gros Venor, Sampsan

¹ De facto, pela ausência de produção vinícola no seu território, os ingleses viram-se obrigados a procurar vinho um pouco por todo o lado, tornando-se especialistas na apreciação dos vinhos e influenciando muitas vezes na sua produção nas várias regiões vinícolas que frequentaram.

Estert, Goalter Maynarte, Thomás Espence, Pedro Berslley, Richard Minch, Diogo Vitte, Guilherme Claes, André Vande Pol e Abram Machau” concordaram então com a imposição de uma sobretaxa de 200 rs./pipa de vinho embarcada para o norte europeu. As obras começaram dois anos mais tarde, em 1707 residente (Amorim e Trilho, 2016: 92).

Figura 2. Portugal: atuais regiões demarcadas dos Vinhos Verdes e do Douro



Fonte: Infografia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Nessa época, os vinhos de Monção, Melgaço e Ribeira Lima integravam as cargas de retorno dos navios ingleses aos portos de origem, mas é na década de vinte do século XVIII que os comerciantes britânicos do Porto passam a dominar e a ancorar todos os seus negócios maioritariamente em torno dos vinhos do Douro. De facto, em 1659, instala-se no Porto o primeiro Vice-Cônsul inglês, o já referido Walter Maynard e, em 1669, desanuviado o clima de entendimento político entre Portugal e a Inglaterra, eram já nove os comerciantes ingleses agremiados na Feitoria do Porto.

Contudo, foi a partir de 1678 que o interesse dos britânicos pelos vinhos do Porto vingou. Em nome individual, João Haynes (1693), Abraam Haynes (1693), Raimundo Ritte (1693), João Jackson (1690), George Clark (1695), Henry Vitingau (1689), Charles Houblon (1690), João Lee (1690), Elias Lourenço (1689), Samuel Palmer (1689), Nathaniel Bradley (1697), João Quelly (1699), William Bruquin (1695), William Yoanson (1698); Estevão Brigaud (1699), Richard Ayluard (1698), Timothy Harris (1698), foram alguns dos nomes pioneiros no trato dos vinhos nos finais do século XVII.²

Alguns destes comerciantes estrangeiros do Porto interessaram-se pelos “Vinhos Verdes”, foi o caso de Carlos Houblon, morador na Rua Nova da cidade, que manifestou 5.074 pipas de vinho entre 1691 e 1697²⁵, das quais 30 foram trazidas de Viana ao Porto numa caravela. O mesmo aconteceu com Guilherme Joanson, igualmente residente na Rua Nova da cidade do Porto. Dos seus manifestos de 4.744 pipas de vinho, 61 tiveram a mesma proveniência;³ estrangeiros de outras nacionalidades mostraram idêntico interesse pelos “Vinhos de Viana”. Por exemplo, na conta do hamburguês Rodolfo Burmester, relativa aos anos de 1668 a 1790, das 1.106 pipas sobre as quais ficou de pagar a respetiva imposição à Câmara do Porto, refere-se que 71 tiveram origem em Viana do Castelo.⁴

Estes exemplos são ilustrativos de que, também na praça do Porto e no decurso da segunda metade do século XVII, os estrangeiros, com destaque para os ingleses, se encontravam ativos em torno do negócio dos vinhos do Alto Minho. Esse interesse prossegue no século XVIII, quando olhamos os movimentos de compra de vinhos por parte da comunidade de negociantes de vinhos no Porto, a começar logo por Peter Dowker ou Pedro Duguer, o fundador da primeira companhia inglesa⁵ que conhecemos enquanto tal a funcionar na cidade, em 1691 (Cardoso, 2003: 295). Das 25.482 pipas de vinho que meteu na cidade entre 1700 e 1726, 8%, cerca de 2.038 pipas, eram de “Vinhos de Viana” (Cardoso, 2003: 298). Richard Stert é sócio de Dowker a partir de 1711, sob a firma Dowker, Stukey & Stert (Sellers, 1899: 91) e também ele manteve negócios com Viana do Castelo de onde importava parte dos vinhos que comercializou. Essas importações foram mais significativas no início da sua atividade (Cardoso, 2003: 302), entre 1726 e 1732, esmorecendo a partir daí face à ascensão dos vinhos do Douro.

Andaram igualmente por Viana do Lima e Monção os precursores da Casa Croft, outro nome ainda hoje ligado a marcas de Vinhos do Porto. Trata-se de uma companhia que se

² AHMP, L. 1309 a 1318, *Imposição do Vinho*

³ AHMP, 68 - 69 (A – PUB 2442 a 2443).

⁴ AHMP, 65 - 67 (A – PUB 2439 a 2441).

⁵ Pensamos que, longe da orgânica que as firmas vieram a assumir mais tarde, contudo, associações de homens de negócio usavam a classificação de “Companhia” nas suas firmas. Mercadores britânicos em nome individual e já ligados ao negócio dos vinhos no Porto conhecem-se desde 1651, ano em que Richard Perez, residente na cidade, exportou para o seu país 56 pipas que tinha mandado comprar no Alto Douro. No ano seguinte, outros 3 mercadores ingleses radicados no Porto exportaram para o mesmo destino 153 pipas de vinho fino maduro do Douro. Em Silva, Francisco Ribeiro da. “Porto et le Ribadouro au XVII siècle: une complémentarité imposée par la nature”. Em *L'Identité régionale - L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*. Paris, 1991: 352. Uma segunda leitura é apresentada para o nome Richard Perez: “Richard Pervis”, por Brito, Pedro de. *British Wine Merchants in Porto prior to the Methuen Treaty*. Porto, 2000: 39.

instala sob a designação social Phayre & Bradelys Stert (Sellers, 1899: 92) simultaneamente no Porto e em Monção, desde 1697. Foram dos primeiros a interessarem-se pelo negócio dos *Red Portugal Wines* (Cardoso, 2003: 307) e pelo menos desde 1720 que o nome Croft é conhecido no trato vinícola. Do movimento de compra de vinhos por Thomas Phayre entre 1702 e 1709 na praça do Porto, 6% era “Vinho de Viana” que lhe chegava sobretudo pela via terrestre (Cardoso, 2003: 308). Bento Stafford, que desde 1716 e até 1720 integrou esta firma, manteve também expressiva aposta nos vinhos de Viana (Cardoso, 2003: 963-964). O mesmo se passou com outros sócios da casa, como Benjamin Thilden, Richard Thompson e John Thompson (Cardoso, 2003: 965-991). Os navios que chegaram à cidade do Porto a eles consignados tocaram com maior ou menor frequência portos importantes da Itália, como Génova, ou do Sul de Espanha, como Málaga, Gibraltar e Cádiz, bem como os principais portos portugueses, com destaque para Setúbal, Lisboa, Figueira da Foz, Aveiro e, claro está, Viana do Castelo. Mantiveram ainda contactos com alguns portos das costas galega e cantábrica, estendendo os seus negócios aos principais portos da França, Países Baixos e norte da Europa, sem esquecer as ilhas atlânticas, evidenciando uma galáxia comercial notável para a época (Cardoso, 2003: 318), cuja animação deve ter contribuído para dar a conhecer os Vinhos Verdes, a par dos do Douro que comercializaram em maior escala.

Outra firma a organizar-se em torno do negócio do vinho no Porto foi fundada por David Jackson em 1710 (Sellers, 1899: 92). Comercializaram maioritariamente também os vinhos oriundos do Douro; contudo, os Jackson, à semelhança dos seus pares da época, venderam a partir do Porto quantidades de Vinhos Verdes que representaram 6,25% da totalidade dos movimentos de compras de vinhos que efetuaram. (Cardoso, 2003: 319). Warre é hoje nome de uma das mais antigas companhias inglesas estabelecidas na cidade do Porto. Trata-se de uma firma fundada por George Clarck⁶ que, já em finais do século XVII, se encontrava estabelecido na Rua Nova a negociar em vinhos.⁷ Manteve-se nesta atividade pelo menos até 1738 e comprou, em média anual, 748,5 pipas de vinho, que exportou na sua quase totalidade para o Norte da Europa (Cardoso, 2003: 324). Mais tarde, associou-se aos Clarck. William Warre acabou por emprestar o seu nome a esta companhia inglesa de vinhos do Porto, marca que ainda hoje é comercializada pelo grupo Symington. William Warre foi também o grande impulsionador dos negócios da firma na cidade, mantendo-se regularmente a declarar vinhos na Imposição da cidade do Porto entre 1735 e 1756 e não apenas no segmento dos Vinhos do Douro, mas comprando também vinhos em Viana do Lima. De resto, esta firma entre 1715 e 1750, embora em quantidades modestas, foi adquirindo Vinhos Verdes que lhe chegavam ora pela via marítima, ora pela via terrestre (Cardoso, 2003: 995-996).

⁶ AHMP, L. 1320, *Imposição do Vinho*, fls. 44-44v.

⁷ Desde 1695 que George Clarck se encontra no Porto ligado ao negócio dos vinhos, estabelecido na Rua Nova. Nesse ano manifestou 230 pipas, que exportou na totalidade (AHMP, L. 1314, *Imposição do Vinho*, fls. 142-142v). No ano seguinte, manifestou 489 pipas, das quais vendeu 28 no Porto (AHMP, L. 1315, *Imposição do Vinho*, fls. 32). O seu nome consta do livro respeitante a 1697; então adquiriu 154 pipas, das quais apenas vendeu 10 no Porto (AHMP, L. 1316, *Imposição do Vinho*, fls. 93).

Figura 3. Barco rabelo, Douro



Fonte: coleção IVDP.

Os Offley, importantes mercadores da City de Londres, visitaram pela primeira vez a cidade do Porto em 1761, e com toda a certeza as instalações da firma Bymes & C.^a, fundada em 1719 por Gregory Bymes (Cardoso, 2003: 324). Henry Bymes assume a gestão desta casa de 1726 em diante, quando Gregory, por razões que desconhecemos, deixou de aparecer nos registos da Imposição do Vinho na cidade do Porto, onde desde 1719 regularmente marcava presença. Ambos firmaram os seus negócios vinícolas nos vinhos do Douro. Contudo, o gosto britânico pelos *blends* (misturas) levou-os a adquirirem vinhos de outras origens. Que vinhos foram esses? Vinhos de Lisboa, que representaram a maior fatia, 380,5 pipas; vinhos denominados da Serra da Estrela ou “vinhos da Covilhã”, 328 pipas, e, claro, 305 pipas de “Vinhos de Viana” também chegaram ao Porto consignadas à Companhia precursora da Offley (Cardoso, 2003: 1012-1014). Esta companhia, no século XIX, viria a integrar uma das figuras destacadas do negócio vinícola no norte de Portugal, o Barão de Forrester (Cardoso, 2003: 348).

Outra importante empresa setecentista ligada ao comércio vinícola na cidade do Porto e que desde 1831 e até finais do século XIX se apresenta sob a firma Noble & Murat teve origem em outras firmas como a Harris, a Page & Pratt, John Page e John Page & Son (Sellers, 1899: 228). Destaca-se, entre todos os mercadores que integraram os cabouqueiros da Noble & Murat, Timothy Harris, fundador da casa que entre 1700 e 1713 adquiriu em média por ano 716 pipas de vinho, que exportou na sua quase totalidade (Cardoso, 2003: 348). Como acontecia com a maioria das casas inglesas sediadas no Porto, também compravam vinhos de outras regiões vinícolas. Olhando o movimento conjunto das firmas

originárias da Noble & Murat entre 1700 e 1756, estes vinhos corresponderam a 2,16% das compras de vinhos que fizeram. Mas neste caso, os “Vinhos de Viana” representaram a maior parte, 673,5 pipas, contra apenas 70 pipas de vinhos de Lisboa e apenas 10 pipas de vinhos da Anadia (Cardoso, 2003: 353). O mesmo sucedeu com a firma Caulet Clarmont & Vincent, fundada em 1723 quando Gedeon Caulet se instalou, no Porto, na Rua Nova. Também apostou na compra de vinhos verdes com origem em Viana do Lima (Cardoso, 2003: 1026).

Figura 4. Porto: cidade do vinho português no século XVIII



Fonte: pormenor pintura, col. AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Os Allen são descendentes de uma ilustre família britânica, os *Allens* ou *Allyenes* de Derbyshire, Londres e Staffordshire. Cedo filiados no catolicismo, os membros desta família sofreram perseguições aquando da implantação do protestantismo em Inglaterra, por Henrique VIII. Vários membros deste clã tinham desempenhado, ao longo do século XVI, cargos de relevo na hierarquia católica romana, como é exemplo o Cardeal Allen (1532-1594). O apego ao catolicismo fez com que o primeiro membro desta família se tenha fixado em Portugal (Allen, “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”: 401-403). No século XVIII, comparativamente aos seus pares aqui já referidos, não foram grandes comerciantes de vinho. Contudo, no conjunto dos portos que constituíram o seu universo comercial, assente noutros produtos que não os vinhos, consta o porto de Viana do Castelo, a par dos portos de Lisboa e Setúbal e, claro está, dos portos estrangeiros do sul da Inglaterra, sobretudo Londres, mas também Portsmouth, Bristol, Falmouth e Newport. Vigo, bem como as ligações aos portos da Terra Nova e da Carolina, passando pela Ilha da Madeira, também se assinalam (Cardoso, 2003: 1032-1034). No que se refere a “Vinhos de Viana” esta casa comercial ficou-se apenas pela compra de 5 pipas entre 1722 e 1756 (Cardoso, 2003: 366). No Porto do século XVIII, para além de companhias comerciais

como aquelas a que aludimos, cuja longevidade chegou, pelo menos nominalmente, aos nossos dias através de marcas consagradas de Vinho do Porto, havia também homens de negócio em nome individual. Um dos mais importantes foi Simão Nutte que, entre 1710 e 1756, movimentou em média anual na praça portuense mais de 600 pipas de vinho (Cardoso, 2003: 378), sobretudo vinhos do Douro, mas os vinhos verdes de Viana representavam já nessa altura 3% das suas compras anuais de vinho (Cardoso, 2003: 1036-1038). E não foi caso único. John Stevenson, que se fixou no Porto no Terreiro da Alfândega, comprou 269 pipas de Vinho Verde de Viana, ao longo dos mais de trinta anos em que se manteve envolvido no negócio de vinhos no Porto (Cardoso, 2003: 1041-1042).

Mais significativo foi o envolvimento no comércio de Vinhos Verdes na cidade da foz do Douro do mercador britânico George Bullimore. Estabeleceu-se à Rua Nova, entre 1710 e 1735. Mais de metade dos vinhos de outras regiões vinícolas nacionais que comprou, excetuando os do Douro, foram Vinhos de Viana (Cardoso, 2003: 1050-1052).

O tratado celebrado com a Inglaterra em 1654, a que já aludimos, determinava que os mercadores ingleses passavam a ter liberdade de comércio para as colónias, nomeadamente para o Brasil, excetuando produtos como vinhos, farinhas e azeites. Uma das estratégias de muitos mercadores ingleses consistiu em pagarem a comissários de nacionalidade portuguesa, colocando aqueles produtos do seu comércio nos mercados do outro lado do Atlântico, por entrepostas pessoas. Assim sucedeu por exemplo com a firma inglesa Samuel Withe & C.^a que pagava comissão ao português Domingos Francisco Guimarães, morador na rua da Fonte Aurínea, que tinha ligações ao mercado brasileiro. Por isso, em 1741 é ele quem manifesta na Imposição do Porto 19,5 pipas de vinhos verdes de Viana, que tinham chegado à cidade a bordo da lancha do mestre António da Rocha e que remete para o Brasil (Cardoso, 2003: 403).

A firma Raimundo Ritte & C.^a estabeleceu-se primeiro em Viana do Lima, em torno do bacalhau e só depois no Porto. Aí ficou pelo menos desde 1693 e nos anos da sua atividade comprou em média 1693 pipas de vinho que fez entrar na praça portuense. De todo esse vinho, 2% era também vinho verde de Viana (Cardoso, 2003: 1061-1062).

William Young & C.^a também adquiriu entre 1729 e 1753, 173 pipas de “Vinhos de Viana” (Cardoso, 2003: 418). Já Richard Aylward foi mais generoso na aquisição de vinhos verdes e, ao longo da sua permanência no mercado portuense entre 1700 e 1730, comprou 1135 pipas de “Vinhos de Viana”, de longe os preferidos por este mercador quando comparados com vinhos de Lisboa e Anadia, que também comprava (Cardoso, 2003: 426).

George Hammond & C.^a, mais uma firma inglesa que operou no Porto na primeira metade de setecentos (1719-1735), período de tempo em que adquiriu 405,5 pipas de “Vinhos de Viana” (Cardoso, 2003: 1080-1081). Também o mercador Diogo Archer, morador primeiro na Rua Nova, passando à Rua das Flores para se fixar definitivamente numa das ruas centrais do Porto da época, a Rua da Reboleira (Cardoso, 2003: 455), também comprou vinhos e aguardentes com origem em Viana (Cardoso, 2003: 458).

Se olharmos o rol dos mercadores estrangeiros cuja presença no Porto foi menos significativa, o panorama que temos vindo a traçar relativamente às grandes companhias aqui abordadas, não muda muito. Ou seja, na proporção da escala dos seus negócios com vinhos do Douro na cidade do Porto, adquiriram também quantidades variáveis de vinhos verdes. Assim aconteceu com as companhias holandesas de Isaac Lostaw que, entre 1706 e 1734, meteu na cidade do Porto 240 pipas de “Vinho de Viana” (Cardoso, 2003: 481), ou com a de Henrique Dittmer instalada numa zona próxima da Rua da Reboleira designada por Ourivesaria, que declarou ter comprado 8 pipas de *vinho de Viana*, transportados no patacho *N.ª S.ª de Guadalupe e São Boaventura*, do mestre Manoel dos Santos (Cardoso, 2003: 489).

O comércio do Vinho Verde

Como se demonstrou, o Porto foi porta aberta sobre o mar, com uma barra difícilíssima, mas ainda hoje esculpida de forma a tornar-se mais dócil aos interesses do desenvolvimento económico da vasta região que serve. Por isso, falar de vinhos no norte de Portugal na Época Moderna (séculos XVI a XVIII) implica necessariamente pensar na cidade capital do norte, verdadeiro centro nevrálgico do comércio vinícola onde afluíam vinhos de quase todas as regiões vínicas nacionais. Os vinhos contribuíram de alguma forma para converter o seu porto no principal do país, depois do de Lisboa. E isto é tanto mais verdade se pensarmos que, de entre as atividades económicas historicamente desenvolvidas pelos homens da urbe, aquela que lhe emprestou mais importância e lhe imprimiu carácter foi o comércio com o exterior, como o demonstra o facto de ter sido um portuense, Afonso Martins Alho, quem em 1353 representou Portugal no primeiro tratado de comércio luso-britânico.

Pelo menos desde 1371, a exportação de vinhos por mar e por terra interessava mercadores do Porto (Peres, sd, Vol. II: 50). Sabemos bem que era negócio de monta, ao ponto de, em 1392, já existir, na Porta da Ribeira, um guarda dos vinhos, pago pela Câmara da cidade. A finalidade era a de controlar as licenças de entrada (Peres, sd, Vol. II: 168).

Em 1414, um documento á guarda do Arquivo Histórico municipal do Porto dá nota do arrendamento das entradas e coimas sobre vinhos tintos e brancos, que se arrecadavam na cidade. A renda anual nessa época era de 30 libras.⁸

Chegados ao século XVII o interesse pelo vinho era já transversal a todos os grupos sociais. Produtores residentes na urbe, mercadores de grosso trato e retalhistas, todos vendiam o vinho ao quartilho aos seus clientes (Cardoso, 2003: 202). Entre os séculos XVIII e XIX afirmou-se mesmo na cidade um vasto grupo social que ancorou economicamente no vinho, corporizado na Junta Administrativa da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que reuniu uma verdadeira elite da sociedade portuense e desempenhou importantíssimo papel no desenvolvimento da cidade. Tal papel vê-se refletido durante as lutas entre liberais e absolutistas, época em que as listas quer de uma quer de outra das

⁸ AHMP - PERG – 242B 99.

fações pretendentes à Câmara da cidade foram subscritas por boa parte dos seus corpos gerentes (Cardoso, “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques”, 1º Volume, 2006: 259-280). A partir de 1834, já não se pode apagar o papel de primeiro plano que a Associação Comercial do Porto desempenhou e ainda hoje desempenha na vida do Porto. É bem-sabido que, à data da sua fundação (1834) e nos primeiros tempos da sua existência, os negociantes exportadores de vinho tiveram nela um papel dinâmico relevante (Serén e Pereira, 2000: 423-424).

Qual o protagonismo reservado aos Vinhos Verdes? Em primeiro lugar nunca é demais sublinhar que, como acabamos de perceber, quase todas as grandes casas comerciais britânicas estabelecidas no Porto desde a segunda metade do século XVII, sobretudo em torno dos vinhos maduros do Douro, não deixaram de se envolver igualmente no negócio dos Vinhos Verdes. Alguns negociantes pioneiros no negócio vinícola portuense como Peter Dowker, Benjamin Thilden e Richard Thompson da casa Croft e ainda os cônsules David e Robert Jackson, contam-se entre os que se interessaram pela aquisição de Vinhos Verdes no Porto. Se nos ativermos aos vinhos do Alto Minho e da Bacia do Lima, e compararmos a presença inglesa no seu negócio com a de outras nacionalidades, o resultado mostra que foram os mercadores britânicos a liderar as compras de vinhos verdes, como se pode ver no quadro seguinte:

Número de Manifestos de Vinhos de Viana (Vinhos Verdes) segundo a nacionalidade dos mercadores (1700-1756)⁹		
Nacionalidade	Número de transportes	Número de pipas transportadas
Mercadores ingleses	1361	16460,5
Mercadores portugueses	431	4638,5
Mercadores holandeses	29	651
Mercadores hamburgueses	7	26,5
Total	1828	21776,5

Fonte: AHMP, L. s 1319-1371, *Imposição do Vinho*.

Contudo, a chegada de Vinho Verde ao Porto não foi exclusivo das sub-regiões de Monção, Lima e Cávado, cujos vinhos surgem amiúde na documentação designados por “Vinhos de Viana”, mas a cidade do Porto recebia Vinhos Verdes de outras sub-regiões.

Ponte de Lima¹⁰ aparece como local de proveniência, a justificar uma autonomização dos vinhos desta área produtora dentro da atual sub-região limiana já no século XVIII. O

⁹ AHMP, L. s 1319-1371, *Imposição do Vinho*.

¹⁰ A título exemplificativo, pode citar-se o movimento de Domingos da Silva, morador em Vila Nova, que manifestou, em 4 de maio de 1735, 20 pipas por conta de Jácome da Costa, morador em Ponte de Lima, vinho transportado até ao Porto nas lanchas do mestre Bento Gabino (AHMP, L. 1350, *Imposição do Vinho*, fls. 246).

mesmo se pode dizer das referências aos vinhos de Monção¹¹ que incluem os oriundos de Caminha, já que esta designação de origem se refere a vinhos do Alto Minho que foram transportados ao porto daquela vila e que, entre 1700 e 1756, representaram, no conjunto dos Vinhos Verdes, uma reduzida percentagem, apenas 1,56% do total destes vinhos (Cardoso, 2003: 170-171). Mas, Vinhos Verdes provenientes de terras mais próximas do Porto também entravam na cidade, como São Cosme (Gondomar), Crestuma, Santa Maria da Feira e Avintes (sub-região do Paiva), Maia, Valbom, Santo Tirso, Águas Santas, Melres, Campanhã, e Valongo. Estes vinhos, no seu conjunto, representavam 2,32% do total dos vinhos entrados no Porto.

Uma boa parte deste vinho seguiu para o mercado brasileiro, exportado por mercadores ingleses ou, como já vimos, face às limitações dos tratados com a Inglaterra, através dos comissários portugueses que trabalhavam por conta deles. Entre 1700 e 1756, este mercado cresceu a uma taxa média anual de 5% ao ano. A forte emigração de gentes do Norte para a colónia, alimentada pela exploração aurífera, ajuda a explicar este interesse no Brasil pelos Vinhos Verdes que, pela sua baixa graduação alcoólica e acidez, eram designados naquele mercado, durante o século XIX, por vinhos frescos.

Conclusão

Como acontece com quase todos os produtos com importância comercial, o vinho, enquanto âncora de negócios, chamou a *Viana de a Par do Lima*, cidade do norte de Portugal, hoje designada por Viana do Castelo, uma comunidade significativa de estrangeiros que ajudaram a que os chamados Vinhos Verdes passassem a ser conhecidos nos mercados da Europa do norte, onde os faziam regularmente chegar. Após o interregno relacional com a Inglaterra, decorrente da União Ibérica (1580-1640) as relações anglo-lusas foram retomadas com normalidade e diríamos que até ganharam um novo alento. Comerciantes ingleses e de outras nacionalidades voltam a *Viana do Lima* e exploram o comércio dos vinhos produzidos em Monção, Melgaço e nas terras de todo o Vale do Lima. Ao mesmo tempo, descobrem a bondade e a abundância dos vinhos produzidos nas encostas escarpadas do Douro. Estimulam as produções com a sua compra e exportação em quantidades crescentes; faziam-nos guardar primeiro na cidade do Porto e depois sair pela barra do rio Douro. É tempo de prosperidade do Douro, da cidade do Porto e dos mercadores estrangeiros que, em número crescente, se vão fixando na cidade, em particular na Rua Nova que acabaria por se chamar tão simplesmente Rua dos Ingleses, tal era o número de moradores desta comunidade naquela que chegou a ser a principal artéria de negócios da urbe. Contudo, não se esqueceram de continuar, ainda que em percentagem menor, a comprar “Vinhos de Viana”, ou seja, os Vinhos Verdes do Alto Minho e de outras partes da atualmente designada “Região Demarcada dos Vinhos Verdes”, fosse para os

¹¹ Neste caso o Rio Minho servia de via de escoamento direto até Caminha. A partir daí rumavam ao Porto utilizando lanchas de transporte costeiro que habitualmente tocavam os portos do norte de Portugal e da Galiza, como se pode constatar no assento do Inglês William Savage, residente na Rua Nova, que, em 1724, manifestou 14 pipas de vinho oriundas de Caminha, que a lancha do mestre António da Lomba fez chegar ao Porto (AHMP, L.1339, *Imposição do Vinho*, fls. 172).

continuar a fazer sair a barra de Viana, agora rumo ao Porto, praça vitícola, por excelência, do Norte de Portugal, fosse para os reexportar juntamente com os do Douro para os destinos habituais: as colónias, com destaque para o Brasil e os portos da Europa do norte. Muitos estrangeiros também os vendiam para serem consumidos nas tabernas da cidade, onde sempre foram apreciados. A matriz do Porto, enquanto cidade do Vinho português, construiu-se nesta dupla dimensão, alimentando-se dos vinhos doces do Douro e dos amargos que, entre nós, se conhecem por “Verdes”.

Bibliografia

Allen, A.A. de G. (1959). “Apontamentos sobre a Família de João Allen”. Em *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XXII. Porto, Câmara Municipal do Porto.

Amorim, A. y Trilho, S. (2016). *Viana do Lima - porta para o mundo. Viana Door to the World*. Viana do Castelo, Centro de Mar - Viana do Castelo (Coord. Científica de António Barros Cardoso).

Cardoso, A.B. (2003). *Baco & Hermes. O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-156)*. II Vol. I. Porto, GEHVID Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

----- (2006). “Liberais e Absolutistas no Porto (1823-1829)”. Em *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. 1º Volume. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 259-280.

Dória, A.Á. (1985). “Inglaterra”. Em Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. III Vol. Porto, Figueirinhas.

Silva, F.R. (1991). “Porto et le Ribadouro au XVII siècle: une complémentarité imposée par la nature”. Em *L'Identité régionale - L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*. Paris.

Brito, P. (2000). *British Wine Merchants in Porto prior to the Methuen Treaty*. Porto.

Peres, D. (1962). *História da Cidade do Porto*. Porto, Portucalense Editora.

Santarém, V. de. (1860). *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo, desde o princípio do XVI século da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa.

Sellers, C. (1899). *Oporto old and new*. Londres, Herbert & Harper.

Serén, M. do C. e Pereira, G.M. (2000). “O Porto Oitocentista”. Em Ramos, L.O. (dir.). *História do Porto*. 2ª ed. Porto, Porto Editora: 423-424.

Sideri, S. (1970). *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-lusas*. Lisboa, Edições Cosmos.

Fontes

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto – Imposição do Vinho.

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto Pergaminhos.

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto Visitas de Saúde.

AMVC – Arquivo Municipal de Viana do Castelo – Livro 934.

* * *

RECIBIDO: 1/3/2017

APROBADO: 10/5/2017